



Ofício nº 130/2018

Exmo.

Sr. CLEITON RODRIGUES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga-MT

Paranatinga 16 de Agosto de 2018

Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO A
INOFORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA.

Considerando o disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências e Lei Municipal nº 1.047/2013 que institui o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Paranatinga.

Considerando que o Princípio da Publicidade é norma pricipiológica e sua observância decorre da força normativa da Constituição Federal.

Considerando que os atos administrativos devem ser divulgados em respeito ao direito de acesso à informação e da Transparência, conforme dispõe o Art. 5º, XXXIII e XXXIV, “b” da Constituição da República;

Considerando a Resolução Normativa do Tribunal de Contas de nº 23 de 2017 que altera a redação do artigo 6º e atualiza o anexo III da Resolução Normativa de nº 25 de 2012, que aprovou o Guia para Implementação da Lei de Acesso a Informação e Criação das Ouvidorias Municipais.

[Handwritten signature]
28/08/18



Considerando que a Lei nº 1.002 de 2013 instituiu no âmbito Municipal o Acesso a Informação e o Decreto Legislativo de nº 002/2014 que regulamentou no âmbito do Legislativo.

Resolve:

Notificar, para que seja disponibilizado no Portal Transparência da Câmara Municipal, as informações já elencadas no anexo do ofício de notificação nº 16 de 21 de fevereiro de 2018, segue abaixo a relação dos itens ainda não implementados conforme prevê a Legislação acima citada:

- 3.4 - Deverá constar no Portal Transparência as formas de contato com a Ouvidoria: nome o ouvidor, site institucional, e-mail, telefones, endereço e Horário de atendimento ao público.
- 6.1 – Disponibilizar por exercício financeiro, o orçamento anual detalhado da Câmara Municipal com as respectivas alterações;
- 6.2 – Disponibilizar, por exercício financeiro, os anexos obrigatórios do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial;
- 6.3 – Disponibilizar, por exercício financeiro, o balanço geral anual da Câmara Municipal.
- 10.2 – Disponibilizar documentação referente à fase interna de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registros de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo: termo de referência ou projeto básico, pareceres técnicos e jurídicos, justificativa da contratação, formação do preço de referência, autorização do gestor, íntegra do instrumento convocatório e seus anexos e comprovante de publicação;
- 10.3 – Disponibilizar documentação referente a base externa de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões de atas de registros de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo: impugnações e recursos, decisões sobre impugnações e recursos, propostas dos licitantes, ata da sessão de habilitação, ata da sessão de julgamento e atos de adjudicação, homologação, revogação ou anulação do certame
- 10.4 – Opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratações públicas, contendo, no mínimo: ano, órgão, modalidade, número, situação, e objeto;
- 10.5 – Disponibilizar informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.
- 15.3 – Disponibilizar o calendário, das pautas, atas e planilhas de votação das deliberações em sessões plenárias;



ESTADO DO MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA
CONTROLE INTERNO
CNPJ 15.359.417/0001-12

- 12.1 – Relação atualizada dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contrato, objeto e valor;
- 12.2 – Disponibilizar os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e do seus anexos, a íntegra do termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato;
- 12.4 – Disponibilizar informações sobre os contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.
- 13.1 – Legislação atualizada e consolidada sobre o regime jurídico dos servidores públicos, bem como os regulamentos e instrumentos normativos concernentes à gestão de pessoas;
- 13.2 – Legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração;
- 13.3 – Relação atualizada dos servidores efetivos, comissionados, contratados e membros, contendo as seguintes informações: nome do servidor, matrícula funcional, natureza do vínculo, cargo/função/emprego, ato de nomeação, data da posse, unidade de lotação /exercício;
- 13.6 – Relação mensal do pessoal ativo (efetivos, comissionados e membros) que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações sobre a remuneração descontos, incluindo todas as vantagens de natureza remuneratória e indenizatória;
- 13.11 – Relação mensal atualizada dos servidores ativos em férias, licenças e demais afastamentos legais, com especificação do período e do motivo do afastamento;
- 15.5 – Disponibilizar os Projetos por parlamentar;
- 15.6 – Disponibilizar a lista de presença dos Parlamentares nas sessões e reuniões das comissões;
- 15.7 – Disponibilizar a composição das comissões e o calendário das reuniões com respectivas pautas.

Atenciosamente



MANOEL GONÇALVES DE OLIVEIRA
CONTROLADOR INTERNO